



AS MICROCREDENCIAIS ESTÃO A GANHAR IMPORTÂNCIA?

Impulsionadas por mudanças na educação, na formação e no mercado de trabalho, as microcredenciais podem apoiar a atribuição e o reconhecimento de competências

As microcredenciais não são uma novidade. Há já vários anos que são utilizadas em diversos países e setores da educação e formação. Desempenham um papel, nomeadamente, na certificação de cursos de TI ou no desenvolvimento profissional dos trabalhadores da saúde. A Irlanda atribui-as há mais de 20 anos, em áreas como o ensino universitário. Mais recentemente, as microcredenciais proliferaram em toda a Europa e são agora oferecidas a vários níveis no ensino e formação profissionais (EFP) geral, tanto público como privado.

No entanto, só recentemente é que as microcredenciais ganharam atenção generalizada nos debates políticos da UE. Por enquanto, a maioria dos países ainda não adotou uma definição oficial. O termo «microcredenciais» não é muito utilizado, tendo os certificados para formatos de aprendizagem curtos várias designações, incluindo «microcertificações», «badges», «qualificações micro/parciais/suplementares» e «certificados de módulos».

Apesar dos diferentes termos, os países europeus certificam muitas atividades de aprendizagem de curta duração através de dispositivos que correspondem, total ou parcialmente, à definição proposta pela Comissão Europeia (ver caixa 1). Esta [definição operacional de microcredenciais](#) surgiu de uma consulta pública lançada pela Comissão, seguida, em dezembro de 2021, por uma [Proposta de Recomendação do Conselho relativa a uma abordagem europeia das microcredenciais para a aprendizagem ao longo da vida e a empregabilidade](#).

CAIXA 1. MICROCREDENCIAIS: DEFINIÇÃO PROPOSTA PELA UE

«Uma microdencial é o registo dos resultados de aprendizagem adquiridos por um aprendente na sequência de um pequeno volume de aprendizagem.

Estes resultados de aprendizagem são avaliados à luz de critérios transparentes e claramente definidos. A prova está contida num documento certificado que indica o nome do titular, os resultados da aprendizagem obtidos, o método de avaliação, o organismo de atribuição e, quando aplicável, o nível do quadro de qualificações e os créditos obtidos. As microcredenciais são propriedade do aprendente, podem ser partilhadas, são portáteis e podem ser combinadas em credenciais ou qualificações maiores. Baseiam-se na garantia da qualidade de acordo com as normas acordadas no setor ou área de atividade»

Fonte: Comissão Europeia (2020); definição usada no estudo do Cedefop.

Estes desenvolvimentos mostram que a natureza, o formato e a finalidade das microcredenciais estão a mudar. Em apoio ao exercício de consulta da Comissão, o Cedefop realizou um estudo abrangente sobre microcredenciais ⁽¹⁾, que analisou as suas características, a forma como são concebidas, atribuídas e reconhecidas, a razão por que são solicitadas, como estão a ser utilizadas e quais são as suas vantagens e limitações. As conclusões do Cedefop foram igualmente tidas em conta no documento de trabalho que acompanhou a proposta de Recomendação do Conselho. Esta nota informativa apresenta os resultados provisórios do estudo.

MICROCREDENCIAIS: A REALIDADE DOS FACTOS

Os países europeus procuram as melhores formas de operacionalizar as microcredenciais sob a forma de resultados da aprendizagem documentados obtidos no quadro de uma experiência de aprendizagem

⁽¹⁾ A publicar em breve, 2022. O estudo incluiu, entre outros, [inquéritos às partes interessadas](#).

curta e de qualidade controlada. A modularização dos programas de EFP é um dos fatores que definem o cenário para a sua utilização mais alargada.

Alguns países, como a Polónia, a Eslovénia e a Finlândia, criaram grupos de consulta em matéria de microcredenciais. Nos Países Baixos e na Noruega, a consulta da Comissão em 2021 inspirou discussões sobre a forma de integrar as microcredenciais nos sistemas formais de EFP. Na Suécia, o [Instituto Nacional de Investigação](#), a [Agência Nacional para o EFP Superior](#) e a [Agência para os Serviços Digitais do serviço público de emprego, JobTech Development](#), prosseguiram as discussões sobre a descrição, a garantia de qualidade, o reconhecimento, a acumulação e a portabilidade das microcredenciais com uma série de partes interessadas.

Em Espanha, uma [nova lei](#) considera várias microcredenciais como fazendo parte de programas de EFP formais. O Ministério da Educação da Estónia lançou um processo regulamentar que altera a sua [Lei da Educação de Adultos](#) para definir o conteúdo, a prestação, a qualidade e a duração da aprendizagem conducente à atribuição de microcredenciais. A nova [Lei da Educação de Adultos](#) da Croácia, adotada em dezembro de 2021, introduziu as «microqualificações» na educação formal de adultos. Os programas de formação de curta duração, incluindo a formação de desenvolvimento profissional e outros cursos de EFP, passarão a ter unidades de resultados de aprendizagem que serão incluídas no Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) da Croácia, o que permitirá a esses programas conduzir a qualificações parciais ou completas.

A Irlanda incluiu cursos curtos e certificados na seu QNC desde a sua criação em 2003. Muitos atores do mercado de trabalho, como o setor das TIC, consideram que as microcredenciais desempenham um papel crucial no panorama nacional de educação e formação. Inicialmente atribuídas por faculdades e universidades (nível 6 do QNQ), as microcredenciais também se alargaram ao EFP. Por exemplo, os badges e outras microcredenciais gozam de crescente popularidade no setor alimentar. Atribuídas por cursos curtos que cumprem critérios controlados, oferecem aos empregados atribuições tangíveis e práticas que podem ser verificadas em linha e que têm um valor mais elevado do que os certificados de frequência. Em 2021, a [Autoridade de Qualificações Irlandesa](#) introduziu uma definição operacional, segundo a qual «uma microcredencial é uma qualificação que atesta um pequeno volume de aprendizagem altamente específica».

Em França, apesar da ausência de uma definição oficial, as microcredenciais são amplamente aceites

na prática e são vistas de forma positiva. Desde a [lei de 2018 sobre a liberdade de escolher o seu futuro profissional](#), o mercado da formação foi largamente liberalizado, com um forte aumento do número de qualificações de EFP, incluindo microcredenciais emitidas por organismos privados.

Na Alemanha, os programas Jobstarter, implementados pelo [Ministério Federal da Educação e Investigação](#), ajudaram a iniciar programas curtos de EFP, orientados essencialmente para jovens com poucas qualificações. Nos últimos anos, o mercado de formação modular, das qualificações parciais e dos complementos de qualificação conheceu um crescimento rápido.

A recente revisão da política de EFP neerlandesa (2017-21) deu prioridade à flexibilização dos programas educativos para adultos a fim de encorajar a aprendizagem ao longo da vida. Desde 2017, é possível nos Países Baixos emitir microcredenciais em linha chamadas [edubadges](#). As organizações podem emitir, criar e editar microcredenciais e os aprendentes podem registá-las e partilhá-las com empregadores ou prestadores de serviços de educação. As partes externas podem verificar e autenticar os badges. A plataforma contém atualmente cerca de 800 classes de bages diferentes que cobrem todos os níveis de ensino e vários setores do mercado de trabalho. Hoje em dia, as microcredenciais são valorizadas como um instrumento para fazer face à escassez de trabalhadores qualificados, para integrar refugiados e para satisfazer a procura de novas competências digitais.

IMPORTÂNCIA CRESCENTE

O estudo do Cedefop identifica vários fatores que contribuem para o aumento da procura e da utilização de diferentes tipos de microcredenciais. A [quarta revolução industrial](#), caracterizada pela emergência de tecnologias avançadas como a inteligência artificial, a nanotecnologia e a Internet das coisas, aumentou a necessidade de requalificação e aperfeiçoamento profissional contínuos. As pessoas precisam de aprender a utilizar novas tecnologias não só nos empregos existentes, mas também em novos setores e em novos empregos e especializações criados pelo progresso tecnológico. As microcredenciais podem certificar a aprendizagem em áreas onde as qualificações formais são limitadas ou ainda não existem. É por isso que desempenham um papel importante na educação de adultos.

As microcredenciais são emitidas por prestadores de serviços públicos e privados, como as grandes empresas e as [plataformas de aprendizagem em linha](#). Muitos setores que fornecem programas

e qualificações genéricas também oferecem microcredenciais, seja na indústria transformadora (engenharia e TIC, por exemplo) ou nos serviços (saúde e direito, entre outros).

Além disso, o ensino e a aprendizagem estão agora menos sujeitas a limitações de tempo e de espaço. A procura de aprendizagem digital e individualizada, que tem vindo a aumentar há vários anos, foi acelerada pela pandemia. Os resultados de estudos preliminares sugerem que as microcredenciais permitem aos adultos fazer progressos ou mudanças na carreira, permitindo-lhes combinar a aprendizagem com outras obrigações de forma flexível. As microcertificações podem ser disponibilizadas rapidamente, em vários formatos, incluindo em linha, através de aprendizagem mista, em salas de aula ou através de programas de aprendizagem. Esta flexibilidade pode tornar mais fácil e mais barata a validação e o reconhecimento das competências que os adultos tenham adquirido informalmente. As microcredenciais podem melhorar a empregabilidade e responder rapidamente às necessidades e deficiências em matéria de competências, assim como encorajar a aprendizagem ao longo da vida. As empresas que as utilizam em ambientes propícios à aprendizagem estão bem posicionadas para contratar e reter capital humano valioso.

No entanto, subsiste um grande número de questões. Como poderá a abordagem modular às microcredenciais articular-se com uma compreensão mais holística da educação e formação? Existe o risco de sobre-regulamentação do mercado da educação contínua? Qual poderia ser o denominador comum entre as microcredenciais emitidas pela formação geral, profissional, superior e contínua? Como irão evoluir os padrões de financiamento, acreditação, certificação e reconhecimento? Qual é o papel dos parceiros sociais? O trabalho do Cedefop mostra que as microcredenciais são atribuídas por uma diversidade de partes interessadas que operam em diferentes contextos institucionais. Em muitos casos, são oferecidas por prestadores locais ou regionais. São também cada vez mais vistas como blocos de construção independentes nas estratégias de competências nacionais e internacionais, respondendo às necessidades de aperfeiçoamento profissional e requalificação decorrentes das exigências de um mercado de trabalho em rápida mudança, da digitalização e do envelhecimento da população. Uma vez que grande parte da aprendizagem conducente às microcredenciais está no setor privado e é financiada por empregadores e indivíduos, os aprendentes desfavorecidos e marginais podem nem sempre conseguir financiá-la.

ACUMULAÇÃO DE MICROCRÉDENCIAIS

As microcredenciais permitem às pessoas acumularem diferentes competências que podem ser documentadas e reconhecidas por prestadores de ensino e formação, empregadores, setores e entre países.

Em Espanha, as microcredenciais podem ser acumuladas e conduzir a um certificado formal de EFP, ao abrigo da nova [Lei Orgânica para o Ordenamento e a Integração do EFP](#). A nova lei da Letónia também permite a acumulação de microcredenciais, tendo em vista uma qualificação completa ou para serem utilizadas como qualificações autónomas. Na Dinamarca, os [cursos de formação do mercado de trabalho](#) oferecem vários cursos de aperfeiçoamento profissional e requalificação. Estes estão bem desenvolvidos e reconhecidos e podem constituir a base para iniciativas que utilizem microcredenciais.

Por enquanto, não existe uma abordagem europeia comum às microcredenciais e à modularização dos programas de EFP. Contudo, as microcredenciais têm potencial para complementar os sistemas formais de educação e formação, que são por vezes considerados demasiado lentos para responder às rápidas mudanças no mercado de trabalho. As potenciais vantagens das microcredenciais, nomeadamente a possibilidade de as acumular, podem ser particularmente valiosas para a transição da UE para uma economia ecológica e digital e para as novas necessidades de competências que está a criar em todos os setores e qualificações tradicionais.

No entanto, subsistem preocupações. A procura de microcredenciais levou a uma proliferação de certificados não regulamentados cujo valor não é claro. A falta de transparência torna difícil às pessoas tomarem decisões informadas sobre programas de aprendizagem curtos, sobretudo quando é incerto quem garante a qualidade e o reconhecimento dos resultados da aprendizagem.

As organizações privadas podem confiar nas suas próprias práticas para reconhecer conhecimentos, aptidões e competências, ou utilizar normas do mercado de trabalho diferentes das utilizadas nos programas de aprendizagem formal. Nem todas as microcredenciais são compatíveis com os QNQ e nem todos os QNQ estão abertos a qualificações não formais e do setor privado. Sem a adoção de critérios de qualidade e acreditação homogêneos pelas autoridades formais de educação e formação, o reconhecimento de microcredenciais e a sua acumulação para uma qualificação formal completa continuam a ser problemáticos.

Cerca de 88 % dos prestadores de EFP que responderam ao estudo do Cedefop confirmam que

pelo menos uma parte das microcredenciais que oferecem podem ser acumuladas e combinadas com outras credenciais e qualificações. No entanto, a acumulação de microcredenciais atribuídas fora do ensino e da formação formais está muitas vezes limitada a um prestador de serviços. Contudo, em alguns países, como a Irlanda, as microcredenciais conhecidas como «certificações de fornecedor» têm um elevado valor de mercado para entrar ou progredir em profissões no setor das TIC. O estudo do Cedefop mostra, contudo, que para que os utilizadores possam acumular ou combinar certificações tendo em vista uma qualificação completa, as microcredenciais têm de ser acreditadas pelas autoridades responsáveis pela educação e formação formais e devem satisfazer critérios de qualidade verificados.

FIGURA 1. PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS DAS MICROCREDENCIAIS



Fonte: Cedefop.

UMA NOVA FORMA DE RECONHECIMENTO DE COMPETÊNCIAS?

O desafio que se coloca neste momento é o de melhorar e alargar a oferta de microcredenciais. A oferta pública abrange principalmente qualificações que dão acesso ao mercado de trabalho que estão integradas nos QNQ e oferecem oportunidades de aperfeiçoamento profissional e requalificação. O EFP privado, por outro lado, compreende numerosas credenciais, muitas fora dos QNQ, obtidas em instituições de ensino ou de outro tipo, através da participação em atividades de aprendizagem curtas com normas, avaliação e reconhecimento variáveis conforme os setores de atividade e as profissões. Os setores público e privado estão a convergir cada vez mais, conforme mostra o estudo do Cedefop. Os programas tradicionais de EFP conducentes a qualificações específicas reconhecidas tornaram-se cada vez mais modulares, consistindo em unidades de aprendizagem mais pequenas que se baseiam nos resultados da aprendizagem e no respeito de normas setoriais. Para alguns, a modularização dos programas de EFP formal reflete os mesmos objetivos das microcredenciais, nomeadamente um maior alinhamento entre o EFP e o mercado de trabalho. Outro, pelo contrário, considera que em vez de desconstruir as qualificações parciais para melhorar a oferta pública de EFP existente, as atividades de aprendizagem conducentes a microcredenciais devem ser concebidas de forma independente e autónoma. Defendem que as microcredenciais deveriam complementar os sistemas de qualificações e não ser absorvidas por eles.

Um exemplo é o [Groupe Orange](#), fornecedor francês de serviços digitais, que oferece cursos em linha sobre temas relacionados com responsabilidade social e tecnologia, tal como o apoio a uma economia sustentável, a igualdade digital, a inteligência artificial e a cibersegurança. A startup social alemã [Kiron Open Higher Education](#) oferece cursos em linha para refugiados em todo o mundo utilizando os MOOC e [recursos educativos abertos](#), com o objetivo de possibilitar a sua entrada no mercado de trabalho, numa universidade ou no sistema de EFP.

As qualificações e credenciais do setor privado estão também a ser integradas na oferta pública. Por exemplo, as certificações de fornecedores, algumas das quais permitiram estabelecer níveis de competências específicas ao setor, por exemplo em TIC, estão a ser integradas nas qualificações profissionais e universitárias. Contudo, subsistem dúvidas sobre que normas e certificados devem fazer parte dos programas formais de educação e formação.

O reconhecimento de certificações setoriais e profissionais no quadro de programas de educação e formação prevê uma cooperação mais estreita entre o meio académico e o mercado de trabalho, por exemplo, mantendo os conteúdos programáticos atualizados e tornando-os mais adequados às necessidades individuais e dos empregadores. Esta cooperação reforçada pode criar novas relações entre os concetores e os prestadores de atividades de aprendizagem, os organismos de certificação e as autoridades competentes em matéria de qualificações. A Finlândia ilustra bem esta nova relação com o seu [passaporte de higiene](#). Esta microcredencial que faz agora parte do sistema educativo do país, foi concebida para promover a segurança alimentar, obrigando os trabalhadores da indústria alimentar a provar os seus conhecimentos sobre as regras básicas de segurança alimentar. É regulamentada pela [Autoridade Alimentar Finlandesa](#), que autoriza diferentes organizações a ministrar formação e exames e a emitir o passaporte.

As discussões continuam e as opiniões divergem, mas, de um modo geral, as microcredenciais não são vistas como uma ameaça que possa levar à substituição das qualificações formais. Os diplomas formais são cada vez mais destinados aos jovens antes ou no início das suas carreiras, enquanto as microcertificações se destinam sobretudo a adultos qualificados ou com experiência profissional, ou ambos. As microcredenciais são geralmente vistas como complementares aos sistemas tradicionais de educação

e formação, reforçando a sua capacidade de responder às rápidas mudanças nos mercados de trabalho europeus. Neste momento, ainda não foi encontrada a melhor forma de fazer funcionar em conjunto os sistemas formais e as microcredenciais.

A portabilidade e transferibilidade das microcredenciais, o seu valor corrente e de troca, dependem em grande medida da sua visibilidade e do valor percecionado. A existência de uma linguagem europeia comum que clarifique o seu valor de troca para aprendentes, instituições de ensino e empregadores ajudaria a promover a sua utilização e aceitação. Ao mesmo tempo, é importante não pôr em risco a sua flexibilidade e capacidade de adaptação às necessidades do mercado de trabalho com uma normalização rígida. Ao responder ao inquérito do Cedefop, os representantes de organizações patronais na Alemanha colocaram a questão de forma clara, ao dizer que «as microcredenciais são provas de experiências práticas, flexíveis, a pedido, e de aprendizagem curta. É isto que as torna tão atraentes. As normas europeias comuns devem imperativamente preservar esta atratividade e não limitar as microcertificações com sobre-regulamentação e formalização excessiva. É fundamental, portanto, encontrar um equilíbrio adequado entre a promoção da confiança e da transparência, no quadro de uma abordagem comum, sem comprometer a flexibilidade das microcredenciais». A próxima recomendação do Conselho pode ser um passo importante nesta direção.

**CEDEFOP**Centro Europeu para o Desenvolvimento
da Formação Profissional**Nota informativa – 9171 PT**

N.º de catálogo: TI-BB-22-005-PT-N

ISBN 978-92-896-3372-7, doi:10.2801/697246

Copyright © Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop), 2022. Creative Commons Attribution 4.0 International

As notas informativas são publicadas em alemão, espanhol, francês, grego, inglês, italiano, polaco, português e na língua do país que detém a Presidência da UE. Para as receber regularmente, registe-se em:

www.cedefop.europa.eu/pt/user/register

Pode consultar outras Notas Informativas e publicações do Cedefop em:

www.cedefop.europa.eu/EN/publications.aspx

Europa 123, Thessaloniki (Pylea), GRÉCIA

Endereço postal: Cedefop service post, 57001, Themi, GRÉCIA

Tel.: +30 2310490111, Fax: +30 2310490020

Email: info@cedefop.europa.euwww.cedefop.europa.eu